

## 2 Uma TV pensada para a educação e a cultura

No decreto<sup>2</sup> instituindo o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (4.901/03), o Governo Federal demonstrou não só a preocupação como também o potencial educativo da TVD. Os dois primeiros objetivos desse decreto, destacados abaixo, ilustram essa afirmação.

“I - promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;  
II - propiciar a criação de rede universal de educação à distância; [...]” (2003, Governo Federal, Decreto nº4.901/03)

Percebe-se no primeiro objetivo a busca de uma correlação direta entre democratização da informação e inclusão social com o acesso à tecnologia digital. É fato que o surgimento de novas tecnologias e mídias cujo acesso e uso só se dá no contexto das camadas economicamente mais privilegiadas da população aumenta a chamada exclusão digital, limitando a forma com que o direito humano à comunicação é exercido pelos menos privilegiados. Vale ressaltar, entretanto, que o simples fato de ter acesso a uma tecnologia digital não rompe a barreira da exclusão social. É preciso, além disso, estudar as formas de uso. No entanto, está presente no decreto a preocupação do Governo em implementar um meio televisivo que, pelo fato de já atingir quase que 100% da população brasileira em sua versão analógica<sup>3</sup>, promoveria o acesso às dinâmicas de relações somente possíveis através de meios digitais ainda longe do acesso de uma grande parcela da população, como é o caso da internet.

Também é fundamental a decisão do Governo de aproveitar o parque de televisores, não fazendo ninguém ser obrigado a trocar de aparelho, levando a

---

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4901.htm)

<sup>3</sup> O termo analógico é utilizado para descrever a TV antes da era digital, tal qual a conhecíamos desde a sua criação no início do século XX. É uma expressão que tecnologicamente define meios em que as informações são armazenadas ou transmitidas através de sinais análogos às grandezas físicas, ao passo que os meios digitais armazenam ou transmitem informações através de dígitos (informações numéricas).

toda a população uma imagem e som de qualidade<sup>4</sup>. Contudo, essa linha de pensamento da democratização do acesso às mídias digitais através da TV Digital permite uma conclusão extemporânea, apressada, de que a televisão, se é digital, já faz com que ela tenha todos os pré-requisitos necessários para cumprir as demandas de um usuário de qualquer mídia ou tecnologia digital.

Será que o tipo de uso da internet, por exemplo, seria o mesmo da TV Digital? Será que um jovem “usuário” de TV Digital aberta proveniente de uma camada social excluída do acesso à internet teria, com esta TV, todas as possibilidades que teria no ciberespaço? A hipótese deste trabalho é a de que isso não é verdade, pois TV Digital e Internet são meios com objetivos, aplicações, estruturas e formas de interação com o usuário distintas. Voltaremos a essas considerações temáticas no decorrer dos próximos capítulos.

## **2.1 Mídias e TVs Digitais – esclarecimentos e inquietações**

Ainda no contexto aqui considerado equivocado da generalização das mídias digitais em um grupo homogêneo, há uma constante apropriação incorreta do termo ‘digital’ em textos que discutem o tema.

Uma mídia é dita digital quando é baseada em tecnologia digital, ou seja, só se diferencia das demais por questões técnicas referentes à sua implementação. O fato de ser digital, isto é, trabalhar diretamente com dígitos ao invés de outras grandezas, traz benefícios técnicos como manutenção da integridade das informações armazenadas ou transmitidas, manipulação simples e rápida dos dados e possibilidade de ser compatível e facilmente adaptável a novos formatos também digitais. Todavia, o uso que se faz dessa mídia e as possibilidades de interação através da mesma nem sempre se dá pelo simples fato dela ser digital.

Um segundo ponto a levantar é o de que, muitas vezes, diz-se que o digital traz a interatividade ou que o digital é sinônimo de lógica de hipertexto e não-

---

<sup>4</sup> Uma das grandes vantagens técnicas da transmissão digital é a de que uma vez que o sinal de TV é recebido, não há interferências no som e na imagem. Ou se recebe um sinal 100% íntegro, ou não se recebe nada. Na transmissão analógica é comum, em regiões mais remotas ou geograficamente prejudicadas em relação ao local de transmissão (antena), a recepção de sinais se dá com interferências, popularmente chamadas de “chuviscos” e “fantasmas”.

linearidade narrativa. Percebe-se isso tanto em declarações do senso comum que colhemos em campo quanto em produções acadêmicas como, por exemplo, a colocação de Lucena (2008, p. 119):

“A plasticidade do digital permite uma estrutura em rede horizontal e descentralizada.”

“... a maior vantagem da TV digital e a mais esperada por todos é a interatividade que poderá permitir aos sujeitos interagirem com o conteúdo não apenas para consumir produtos, mas também para se colocarem enquanto cidadãos atuantes na sociedade.”

“A TV digital é, na verdade, uma convergência de mídias — o computador e a televisão.”

Embora ainda no início da linha argumentativa desta dissertação, não podemos nos furtar a dizer que são falas um tanto simplistas e que suas afirmativas estão longe de serem uma realidade. Se não vejamos:

O cinema já é digital há alguns anos e sua narrativa é de natureza linear e sem referência alguma a hipertextos, pois não interessa ao espectador interagir numa sala de cinema. Tem-se também o caso dos programas de rádio que, mesmo quando baseados em uma estrutura totalmente analógica, já implementavam algum tipo de interação com o espectador através de ligações telefônicas e cartas. A questão é muito mais voltada para quais tecnologias realmente viabilizam uma estrutura comunicacional em rede e descentralizada. É importante sublinhar, portanto, que não necessariamente tal cenário é atingido através somente da digitalização de um meio.

A TV, por ser digital, não necessariamente promoverá o total rompimento do paradigma da comunicação em massa em uma organização vertical de poder. A interatividade proposta e viabilizada pela TVD é um assunto em constante discussão e que deve ser analisado conceitualmente, porém a sua relação causal com a inclusão social deve ser estudada para além da sua comparação com a internet. Os capítulos 4 e 5 deste trabalho tratarão do tema.

Alguns dos depoimentos coletados na investigação, conforme o citado abaixo, apontam também a expectativa no sentido de ruptura do modelo atual de comunicação da TV através da digitalização e aplicações diretas no campo educacional.

“A TV digital é uma progressão da TV que temos hoje, pois além da qualidade de som e imagem que ela proporcionará, o telespectador poderá interagir com a programação fornecida e armazenada em seu receptor.

Tendo em vista o sentido amplo da educação, acredito que a televisão educa melhor e com mais prazer do que a escola, já que ela nos condiciona a sair da frente da tela quando melhor lhe convém e retornar, pq esperamos com ansiedade o restante do programa. Ela educa, porque dita a moda, trejeitos, expressões da linguagem e para uma grande parcela da população é a única fonte de conhecimento.” (professor do segundo segmento da rede particular, 35 anos) (grifo nosso)

Dito isso, consideramos importante reconhecer através da penetrabilidade da televisão na sociedade brasileira a sua função de “Mãe Cultural” (Fischer, 2008) para uma considerável parcela da população. Se, por um lado, temos que atentar para o caráter homogeneizador cultural da TV como mídia de massa, temos que reconhecer, por outro, o potencial de inclusão social que esse meio de comunicação tem no Brasil. Tratar a digitalização da TV de forma séria, estudando cuidadosamente os benefícios e limitações de seus novos recursos sem cair na armadilha de esperar que sejam os mesmos de outros tipos de mídia que possuem modos de recepção e socialização diferentes, é dever tanto de quem deseja fazer da TV um meio de inclusão social e educação como também daqueles que desejam combater o uso dessa mídia como simples ferramenta de indução ao consumo.

Não se inscreve nos objetivos deste trabalho estabelecer as diferenças entre o uso da mídia em um contexto educacional mais amplo e o ensino formal em sala de aula. Entretanto, vale adiantar que não vemos nos novos recursos da TV Digital elementos que potencializem sua utilização em substituição à educação escolar. Veremos que a TVD leva à mídia televisiva a perspectiva da maior imersão no conteúdo e um elo sem precedentes com as demais mídias digitais, fatores que sem dúvida auxiliam no processo ensino-aprendizagem dentro e para além do ambiente escolar. Porém, jamais podemos afirmar que tais fatores façam a experiência televisiva substituir a experiência escolar.

Sendo assim, é de fundamental importância que se tenham claras as acepções do termo digital, que estejam bem estabelecidos os parâmetros, referências e contextualizações quando o termo digital é utilizado como um conceito que extrapola sua definição. A TV Digital, nesse aspecto, ganha especificidade e relevância não somente por se tratar de uma mídia digital, mas

sim por agregar à sua forma original novos elementos como a interatividade, multiprogramação, alta-definição e portabilidade. Desse modo, este trabalho reserva-se a esses novos aspectos midiáticos da TV e, quando for feita a comparação com as demais mídias digitais, o foco estará voltado às características tecnológicas e sociais que as mesmas possuem, principalmente aquelas que foram criadas após o advento da internet.

Para além da discussão conceitual do termo digital, também julgamos importante, ao introduzir o presente trabalho uma breve discussão sobre as mídias digitais, considerar os elementos do universo das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação), incluindo as NTIC (Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação).

Não é incomum encontrarmos, no meio acadêmico, a perspectiva de que a comunicação e até mesmo a escola são agentes reprodutores da desigualdade social e meios de dominação de classes. É verdade que, quando inserida na lógica da sociedade capitalista, como faz Cunha no clássico “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” (1975), a educação assume o papel de ferramenta reprodutora do sistema de dominação. A escola, vista outrora como solução para as diferenças sociais, passa, em sua releitura, a ser vista como instituição falida e solidificadora das origens de classe. No entanto, alguns autores, sem necessariamente questionar a validade desse tipo de análise, apontam para alternativas à essa visão pessimista da educação, como enxergar a face transformadora do processo educativo na qual a escola, mesmo imersa no modelo capitalista, possibilita às classes dominadas o acesso à crítica e à superação.

Se a educação escolar por si só já faz com que sejam erguidas bandeiras indicando a sua falência na perspectiva de exclusão social e dominação de classes, quando aliada à mídia e comunicação, o quadro agrava-se ainda mais. Os sistemas de comunicação são inegavelmente aparato ferramental da lógica capitalista de consumo e, conseqüentemente, aproximam ainda mais a escola, seus processos culturais e pedagógicos de um modelo reprodutor de desigualdades. Todavia, é importante enxergar a educação, mídia e comunicação não somente como meios de dominação e exclusão. São partes de um sistema sócio-político complexo e podem ser utilizadas também como meios de emancipação, ou seja, encarados como detentores de uma face transformadora. Assim indica Belloni, quando analisa a questão para países periféricos como o Brasil:

“Neste quadro de dificuldades para os países periféricos como o Brasil, as possibilidades de mudança, no sentido da democratização do acesso aos meios técnicos disponíveis na sociedade e da diminuição das desigualdades sociais, situam-se no nível das escolhas políticas da sociedade, ou seja, da capacidade de a escola e os cidadãos acreditarem – e agirem conseqüentemente – em uma concepção dos processos de educação e comunicação como meios de emancipação e não apenas de dominação e exclusão.” (Belloni, 2002, 121).

O fragmento evidencia também o problema do acesso aos meios técnicos disponíveis. Se a introdução de novas tecnologias da informação e comunicação é vista muitas vezes como fator agravante da exclusão social, entretanto, negar a existência e utilização dessas tecnologias é fazer com que haja ainda uma parte maior da população, de classes menos favorecidas, excluída do contato com esses meios. Desse modo, a integração das mesmas em processos educacionais formais como a escola e informais como algumas instâncias culturais assume papel fundamental na democratização do acesso às TIC.

“Por que é urgente integrar as TIC nos processos educacionais? A razão mais geral e a mais importante de todas é também óbvia: porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando.” (Belloni, 2002, p.124).

A desigualdade, então, está no acesso e não nos meios em si. Contudo, o acesso a tais meios não garante cidadania. A discussão em torno das mídias pode causar confusão no sentido de que elas possam ser enxergadas como solução para os problemas educacionais. Como a própria semântica ratifica, não podemos nos enganar achando que os meios se tratam de fins. Sendo assim, adotando mais uma vez as colocações de Belloni quando da utilização das TIC no contexto escolar, “essa integração, como eixo pedagógico central, pode ser uma estratégia de grande valia, desde que se considerem estas técnicas como meios e não como finalidades educacionais...” (2002, p.123).

Quando o olhar se volta para a TV Digital, percebe-se a reprodução do mesmo pensamento maniqueísta. Sob alguns olhares, a “nova TV” é vista como solução, sob outros, vista como potencializador da exclusão.

De fato, um “novo” modelo de meio de comunicação que, embora não tenha como pré-requisito a troca de televisores, se apresenta à população na forma de

uma “caixinha”<sup>5</sup> cujo preço não pode ser considerado popular e que vislumbra propostas e aplicações interativas com integração à internet, tem todos os ingredientes para ser visto como excludente. No entanto, por se tratar de um meio com potencial para alcançar futuramente a quase que totalidade da população como acontece com a TV analógica e que passa por um período ímpar de início de implementação, deve ser sim investigado, mas com a consciência de que tal meio jamais pode ser tratado como finalidade e jamais será garantia de cidadania. É ainda essencial lembrar que se deve discutir a TVD no contexto apresentado, tendo em vista as características que a diferenciam dos demais meios.

## 2.2

### A TV Digital e a Educação – para além da EAD

Como vimos na introdução desse capítulo, a TV Digital foi pensada também para a educação, nos termos dos primeiros itens do decreto 4.901/03 quando apontam para questões como a exclusão social e diversidade cultural, assim como a criação de uma rede universal de educação à distância. Em se tratando da questão da EAD, o decreto 5.820/06, em seu artigo 13, prevê a criação de quatro canais para a União Federal. São eles:

“I - **Canal do Poder Executivo:** para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo;

II - **Canal de Educação:** para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores;

III - **Canal de Cultura:** para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais; e

IV - **Canal de Cidadania:** para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.”<sup>6</sup> (grifo do autor)

Percebe-se no texto a forma evidente na qual o “Canal da Educação” é posto como um instrumento de ensino à distância, no mesmo modelo da TV analógica.

<sup>5</sup> Refiro-me aqui aos *set-top-boxes*. São equipamentos necessários para que o sinal digital seja recebido e convertido para o formato “compreendido” pelos televisores. Tecnicamente, possuem receptor no formato ISDB-Tb, conexões de áudio e vídeo para a TV e, em alguns casos, conexões que possibilitam a interatividade. A maioria dos aparelhos televisores mais recentes já possui conversores integrados, não sendo necessária a compra do *set-top-box*. Um exemplo de *set-top-box* que já estava presente no dia-a-dia de parte da população antes do SBTVD são os conversores de TVs a cabo.

<sup>6</sup> Publicação do decreto: Brasília, 29 de Junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

Contempla-se aqui a mesma discussão que faz refletir sobre a utilização do alcance multi-regional da TV aberta brasileira para educar de alguma forma a população sem acesso às formas tradicionais de educação, em confronto com os casos de uso perverso da TV em escolas e universidades para simplesmente substituir o papel do educador, promovendo um uso por simples economia de recursos humanos e não por motivos pedagógicos.

É interessante também analisar os demais canais propostos pelo decreto de 2006. É evidente o compromisso com a educação não-formal. Entender que produções culturais, acesso à cidadania e conhecimentos de legislação é um grande passo para a inclusão social. Se essa programação for exibida, por exemplo, com imagem e som sem interferências nas regiões mais remotas e for posta a interatividade plena do usuário com o conteúdo, já começamos a ter um diferencial em relação à mesma proposta no modelo analógico de televisão do governo.

Entretanto, sabemos que a audiência de canais do governo não é relevante em relação ao conteúdo exibido pelas grandes empresas de televisão. Obviamente, incentivos como produções que se aproximam da realidade dos espectadores e investimento em conteúdo de qualidade podem incrementar o número de telespectadores desse tipo de canal. Contudo, não podemos levar o foco das discussões apresentadas neste trabalho somente para os canais do governo. É no conteúdo das grandes emissoras como a Rede Globo, Rede Record, Rede TV e SBT que está não só o investimento nas novas tecnologias inerentes aos processos da TV Digital, como também a audiência diária da população brasileira. As discussões travadas relacionando a televisão, por exemplo, como instrumento de alienação e dominação capitalista definitivamente não se dão apenas na competência dos canais governamentais. Definir que tipo de conteúdo está sendo discutido também é fator fundamental para avançarmos no debate sobre TV Digital.

Além disso, embora tenhamos visto que a televisão não é mais a mídia que ocupa o maior espaço do tempo da população brasileira como um todo, o fato de que a opção pela audiência por canais educativos tem menor probabilidade de ocorrência do que a opção por canais de entretenimento transcende a discussão sobre a TV Digital. É como se discutíssemos a opção entre entretenimento e escola. O que deve haver, no caso dos canais educativos e conteúdos de caráter

explicitamente educativo, é a preocupação com a produção de um conteúdo que atraia não só os telespectadores que buscam ativamente pela informação como também aqueles que assistem passivamente um meio que tem em seu embrião a produção de entretenimento.

A seguinte parece-nos fazer uma interlocução com a anterior, ainda que tenham sido tomadas separadamente, ou seja, elas se completam:

“Acredito que ela poderá ampliar a noção de cultura e assim contribuir para a educação das relações étnico-raciais, entre outras, que são de extrema relevância para aprendermos a ser, fazer e conviver. Levando em consideração, que as nossas escolas muita das vezes se restringem ao currículo escolar, ou, a cultura organizacional da escola e acaba não valorizando alguns conhecimentos que são de extrema importância para a formação humana.”

Como já falamos, a TV Digital, devido à sua potencial abrangência, seus recursos diferenciados e por já fazer parte do cotidiano dos brasileiros, gera uma expectativa legítima dos educadores de que seja instrumento de inclusão social que dê conta da diversidade cultural característica de nossa sociedade. Essa expectativa não se restringe à TVD, mas sim à TV como um todo. Todavia, acharmos que a digitalização da TV implica em uma ampliação da noção de cultura é superestimar a mídia e subestimar as instâncias sócio-culturais que restringem a população do acesso à cidadania plena. De todo modo, um meio que pode promover uma maior imersão em conteúdos antes superficiais pode ser visto como opção àqueles que desejam se aprofundar em especificidades de determinado tema ou subtemas e nós hipertextuais de uma mensagem principal. Contudo, voltamos à questão de que a vontade de realizar a ação da imersão ou buscar novos conteúdos não se trata unicamente da essência da mídia, mas sim da educação e cultura de um povo. Deve-se, portanto, buscar as soluções para essas questões em instrumentos políticos e socializadores, sendo as mídias, entre as quais se inclui a TV Digital, apenas meios que podem ser utilizados como forma de potencializar esses movimentos.

Sendo assim, estudar as potencialidades, limites e extensões de uma mídia que passa atualmente pela sua mais importante transformação desde a sua criação no século XX, pelo olhar da educação e da cultura, é um desafio não somente pelo aspecto de certo ineditismo do tema no campo educacional, mas também pela

tradição de importantes discussões travadas no meio acadêmico em relação à televisão em si.

Seria a TV Digital uma TV com um potencial ainda mais avassalador de manipulação social do que a TV tradicional? Seria TV Digital o substituto perfeito para o professor em salas de aula por permitir a interatividade? Seria a TVD a grande solução para processos educativos em massa? Seria a TVD a via pela qual a sociedade brasileira teria acesso a uma diversidade de conteúdos e informações de forma gratuita e participativa? Todas essas questões aparecem assim que começamos a analisar as propostas tecnológicas e intenções de uso dos recursos da TV no já implantado SBTVD. Não se tem a pretensão de respondê-las neste trabalho ,mas refletir, a partir dessas questões, sobre as possibilidades, dentro das instâncias que compõem que a TVD, que por muitos é considerada uma nova mídia, apoiando-se nas representações simbólicas que setores da sociedade brasileira têm da TVD em relação à educação e cultura e das opiniões de alguns pensadores da TV no Brasil.